

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E  
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial**

**Demonstrações Financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

## Conteúdo

Relatório da Administração

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações  
Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor  
Independente

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**

**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

### **Mensagem da Diretoria**

Preliminarmente vale destacar que o baixo volume das operações industriais da Companhia nos últimos anos decorreram principalmente da necessária reestruturação econômica e financeira e, por consequência, da ausência de recursos para investimentos e aceleração de uma atividade comercial sólida e competitiva.

Temos grandes expectativas para o exercício de 2025 cujo um dos principais objetivos é a conclusão do plano de pagamento das dívidas concursais e renegociação das dívidas extraconcursais e, a partir disso aceleramos nossas atividades comerciais com uma carteira de pedidos sólida e de médio e longo prazo.

Tudo isso decorre da real possibilidade da infusão de recursos financeiros através da monetização e alienação de ativos da Companhia previstos no Plano de Recuperação Judicial.

Portanto, 2024 foi um ano em que sedimentamos o caminho para o efetivo soerguimento da Companhia haja visto haverem negociações de ativos em andamento que nos permitirão alcançar os objetivos traçados nos últimos anos.

Conseguimos concluir nosso recadastro junto à Petrobras, o que nos permitirá a participação em projetos EPC, os quais estamos trabalhando na consolidação de parcerias que nos permitam ser competitivos nesse mercado.

Vamos dedicar nossos esforços nos mercados *core* tradicionais da Companhia, como Óleo e Gás e Energia, sem contudo deixar de buscar oportunidades em novos mercados e novas tecnologias que sempre marcaram a trajetória do Grupo Inepar.

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**

**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Outro importante ponto que estamos próximos a uma conquista é a aprovação para a constituição dentro do nosso site de Araraquara de uma ZPE (Zona de Processamento de Exportação) com a atração de grandes investimentos para o parque industrial da Inepar. Acreditamos que a aprovação poderá ocorrer ao final do primeiro semestre de 2025.

O número do Processo referente ao nosso projeto é o 10099.100756/2022-83 protocolado junto à Secretaria Executiva do CZPE, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio.

A integra do Projeto encontra-se disponível no site da INEPAR, [www.inepar.com.br](http://www.inepar.com.br) na área de relação com investidores, publicações e documentos.

Outro mercado que estamos empenhando esforços para a retomada é o do setor Metroferroviário e esperamos ao longo de 2025 trazer uma solução que proporcione a retomada do nosso parque fabril dedicado a esse setor, também sediado em Araraquara, através da vinda de um grande player mundial para nossas instalações.

### **1) Fatos recentes importantes do Plano de Recuperação Judicial**

- Decisão Judicial de novembro de 2022 sobre o encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de fiscalização e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão em 2025. Vale salientar que ao longo da recuperação foram pagos mais de R\$ 2,4 bilhões em dívidas. Nossa expectativa é de liquidação em 2025 das dívidas concursais pós biênio que hoje somam aproximadamente R\$ 50 milhões nas Classes I e IV;
- Esperamos também em 2025 encerrar o processo de leilão das UPI's IPM e IOG. Estamos mantendo negociação com o vencedor do processo público de Leilão a fim de que possamos atingir o sucesso dessa venda, importante para o soerguimento da Companhia;
- Após a adesão à Transação Tributária em dezembro de 2021, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor, o que também já foi concluído com enorme sucesso, nos permitindo o pagamento de R\$ 720 milhões da dívida, ficando os próximos pagamentos com vencimento a partir de setembro/25;
- Constituição e preparação da empresa ENISA para se apresentar ao

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**

**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

mercado como empresa de prestação de serviços de Engenharia, Fornecimento, Construção, Montagem e Gerenciamento (EPCM), participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/lesa, voltando o foco para o seu mercado core - Energia e O&G principalmente;

- Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região, sob o número de Processo 10099.100756/2022-83.

A mudança na Lei das ZPE's trouxe, sem dúvida, grandes benefícios para as empresas que se instalarem nessas Zonas, possibilitando a geração pelo Brasil de um grande número de ZPE's tal qual nos Estados Unidos e China que são os países que mais adotaram esse modelo como forma de crescimento da economia.

### **2) Desempenho do exercício de 2024**

#### **Fontes de Receita**

As principais fontes de receitas da Companhia são oriundas das áreas de prestações de serviços e na fabricação de equipamentos de geração de energia e óleo&gás, entre outros.

A Companhia reportou em 2024 uma receita bruta de R\$ 5,7 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2024 foram inferiores ao mesmo período do ano de 2023, que foi de R\$ 8,1 milhões.

Há a perspectiva de recuperação do nível de atividade nos próximos exercícios em função de um maior esforço comercial na diversificação de clientes, bem como na retomada de cotações para a Petrobras, com o fim das punibilidades havidas em razão da Lava Jato.

#### **Resultado Econômico**

A Companhia apresentou prejuízo acumulado no exercício de 2024 de R\$ 236,7 milhões, enquanto que no mesmo período de 2023 foi apurado um lucro de R\$ 477,4 milhões.

O Lucro apurado no exercício de 2023, foi gerado principalmente, pelo reconhecimento no resultado dos créditos do IRPJ/CSSL, que foram utilizados

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2024**

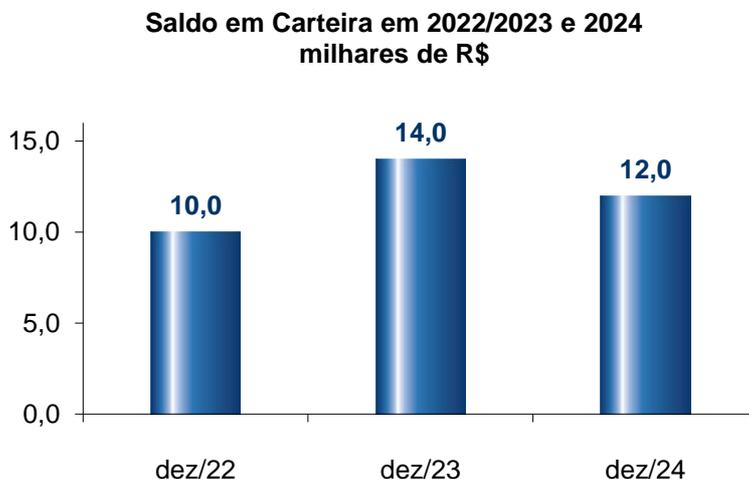
para pagamentos das parcelas da transação tributária acordadas junto a PGFN.

O prejuízo do exercício foi impactado pelas despesas financeiras, no montante de R\$ 150 milhões em função do reconhecimento das correções dos passivos financeiros, principalmente a dívida com o BNDES e as dívidas tributárias.

Destacamos a redução dos valores das despesas administrativas e gerais ocorrida neste exercício, em comparação aos valores do exercício de 2023.

O resultado bruto operacional foi negativo em R\$ 2,1 milhões, devido principalmente ao baixo nível de receita auferido pela Companhia. Nossa expectativa é que para os próximos exercícios estes valores sejam revertidos.

A carteira de pedidos no final exercício de 2024, apresenta uma estabilização em comparação aos valores dos exercícios anteriores, conforme demonstrado abaixo:



Apresentamos a seguir uma **PROJEÇÃO** do Balanço Gerencial de 31/12/24 considerando os valores dos seguintes ativos: (i) ativos monetizáveis compostos pelo FIDC Taranis, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC.

***Nenhum destes ativos foram contabilizados no Balanço auditado, em que pese todos os custos relacionados já foram devidamente computados e contabilizados.***

Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial,

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2024**

demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

**Balanço Gerencial**

*(Em milhares de reais)*

	Consolidado	
	Balanço Patrimonial	Balanço Projetado
ATIVO	31/12/2024	31/12/2024
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	447	447
Contas a receber de clientes	2.860	2.860
Títulos e valores mobiliários	9	9
Estoques	9.365	9.365
Impostos a recuperar	67.549	67.549
Dividendos a receber	14.796	14.796
Outros créditos	1.857	1.857
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>96.883</b>	<b>96.883</b>
<b>Não Circulante</b>		
Contas a receber de clientes	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	688	777.442
Impostos a recuperar	-	182.492
Depósitos judiciais	77.086	77.086
Outros créditos	6.551	1.106.185
Investimentos	105.243	105.243
Imobilizado	120.879	120.879
Intangível	391.516	391.516
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>835.962</b>	<b>2.894.842</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>932.845</b>	<b>2.991.725</b>

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2024**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>Balanco Projetado</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	60.231	60.231
Instituições financeiras	426.067	426.067
Debêntures	17.286	17.286
Obrigações sociais e trabalhistas	159.209	159.209
Obrigações fiscais e tributárias	159.933	159.933
Dividendos propostos	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	58.338	58.338
Títulos a pagar	133.145	133.145
Outras contas a pagar	238.216	238.216
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>1.255.766</b>	<b>1.255.766</b>
<b>Não Circulante</b>		
Instituições financeiras	210.775	210.775
Debêntures	273.384	273.384
Obrigações fiscais e tributárias	319.302	319.302
Partes relacionadas	94.034	94.034
Tributos diferidos	-	695.558
Títulos a pagar	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisões para contingências	196.508	196.508
Provisão passivo a descoberto	12.911	12.911
Outras contas a pagar	1.432	1.432
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>1.125.609</b>	<b>1.821.167</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Participação dos minoritários</b>	918	918
<b>Patrimônio líquido da controladora</b>		
Capital social	543.687	543.687
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	184.417	184.417
Reserva de reavaliação	24.663	24.663
Debêntures perpétuas	231.404	231.404
Créditos quirografários a converter	16.914	16.914
Prejuízos acumulados	(3.266.305)	(1.902.983)
Ajuste de avaliação patrimonial	818.845	818.845
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(1.448.530)</b>	<b>(85.208)</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>932.845</b>	<b>2.991.725</b>

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2024**

**Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial Projetado**

**01-** No Balanço Patrimonial de 31/12/24, a Companhia não registrou os valores totais dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade histórica de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço gerencial da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos, no valor provável de recebimento de R\$ 1,6 bilhões, de um total em discussão de R\$ 2,8 bilhões, representando aproximadamente 62% de êxito, totalmente compatíveis com nossa média histórica.

**02-** Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários estão lançados os ativos aportados no FIDC Taranis-NP, também representados por aditivos contratuais em discussões jurídicas e administrativas.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal qual como definidos pela legislação vigente.

As Companhias efetuaram um aporte no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aproximadamente R\$ 1,5 bilhões. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 62% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%. Nossa expectativa de monetização destes *Claims* é da ordem de R\$ 776 milhões ao longo dos próximos anos.

**Da Continuidade das operações**

No curto prazo, a empresa tem como principais objetivos:

- Recompôr a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa;
- Retomada das cotações de produtos e serviços junto à Petrobrás, diretamente ou através de parcerias comerciais;
- Retomada do setor metroferroviário através de vinda de um grande player para o site de Araraquara;
- Encerrar positivamente o processo de venda das UPI's IPM e IOG;
- Renegociar com seus principais credores extraconcursais de forma a

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2024**

- proporcionar um casamento entre os passivos e ativos da companhia;
- Renegociação da dívida junto ao BNDES;
- A monetização de seus ativos judicializados superiores a R\$ 4 bilhões;
- A monetização de outros ativos de sua propriedade que estão em andamento, dentro do contexto da recuperação judicial;
- Aprovação até ao final do 1º semestre de 2025 da instalação de uma ZPE nas dependências do site de Araraquara, a fim de atrair novos investimentos para a planta industrial, que já conta com a intenção e estudo de investidores de grande porte.

#### **AUDITORIA EXTERNA**

Atendendo às disposições da Resolução da CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a INEPAR informa que neste exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

#### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às normas e disposições da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2024**

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

**Balanco Patrimonial**

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	57	1.092	447	2.041
Contas a receber de clientes	6	144	62	2.860	666
Títulos e valores mobiliários	7	9	9	9	9
Estoques	8	-	-	9.365	10.425
Tributos a recuperar	10	4.547	4.499	67.549	77.272
Dividendos a receber		-	-	14.796	14.796
Despesas Antecipadas	9	-	-	-	314
Outros créditos	11	365	372	1.857	1.559
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>5.122</b>	<b>6.034</b>	<b>96.883</b>	<b>107.082</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber clientes	6	44.532	44.532	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	688	688
Tributos a recuperar	10	-	39.975	-	86.169
Depósitos judiciais	31	57.418	51.294	77.086	75.699
Outros créditos	11	-	-	6.551	6.579
Investimentos	12	822.875	566.345	105.243	235.588
Imobilizado	13	69.245	72.204	120.879	129.228
Intangível	14	3	391.516	391.516	391.573
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>994.073</b>	<b>1.165.866</b>	<b>835.962</b>	<b>1.059.523</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>999.195</b>	<b>1.171.900</b>	<b>932.845</b>	<b>1.166.605</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR

MALPICA:66758378853

Assinado de forma digital por

JAIR MALPICA:66758378853

Dados: 2025.03.28 16:18:18

-03'00'

**JAIR MALPICA**

**Contador**

**CRC: SP-100417/O-6**

**Balanco Patrimonial**

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		26.188	30.663	60.231	65.079
Instituições financeiras	15	278.318	250.382	426.067	384.950
Debêntures	16	17.286	15.996	17.286	15.996
Obrigações sociais e trabalhistas	18	9.740	8.953	159.209	152.629
Obrigações fiscais e tributárias	17	72.980	65.614	159.932	132.909
Dividendos propostos		3.317	3.317	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	20	-	30	58.338	36.011
Títulos a pagar		133.146	116.488	133.146	116.488
Outras contas a pagar	25	96.031	58.799	238.216	168.783
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>637.006</b>	<b>550.242</b>	<b>1.255.766</b>	<b>1.076.186</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Instituições financeiras	15	210.775	219.954	210.775	219.954
Debêntures	16	273.384	255.192	273.384	255.192
Obrigações fiscais e tributárias	17	181.520	176.849	319.302	322.203
Partes relacionadas	22	261.578	285.788	94.034	127.217
Tributos diferidos	21.1	-	31.329	-	79.081
Títulos a pagar		-	-	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	19	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisões para contingências	23	85.160	73.745	196.508	180.637
Provisão passivo à descoberto	24	796.917	706.146	12.911	12.157
Outras contas a pagar	25	-	-	1.432	1.362
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.811.637</b>	<b>1.751.306</b>	<b>1.125.609</b>	<b>1.215.066</b>
<b>Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) da controladora</b>					
Capital social	26 a	543.687	542.625	543.687	542.625
Gastos com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reservas de capital	26 b	184.417	180.292	184.417	180.292
Reserva de reavaliação	26 c	24.663	28.979	24.663	28.979
Debêntures perpétuas	26 d	231.404	236.591	231.404	236.591
Créditos quirografários a converter	26 e	16.914	16.914	16.914	16.914
Prejuízos acumulados		(3.266.305)	(2.952.300)	(3.266.305)	(2.952.300)
Ajuste de avaliação patrimonial	26 f	818.845	820.324	818.845	820.324
		<b>(1.449.448)</b>	<b>(1.129.648)</b>	<b>(1.449.448)</b>	<b>(1.129.648)</b>
<b>Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários		-	-	918	5.001
<b>Total do patrimônio líquido / Passivo a descoberto</b>		<b>(1.449.448)</b>	<b>(1.129.648)</b>	<b>(1.448.530)</b>	<b>(1.124.647)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>		<b>999.195</b>	<b>1.171.900</b>	<b>932.845</b>	<b>1.166.605</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR  
MALPICA:667583788  
53

Assinado de forma digital por  
JAIR MALPICA:66758378853  
Dados: 2025.03.28 16:18:00  
-03'00'

**JAIR MALPICA**  
**Contador**  
**CRC: SP-100417/O-6**

**Demonstração do Resultado**

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 a 31/12/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 a 31/12/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 a 31/12/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 a 31/12/2023
<b>Receita operacional bruta</b>		-	-	<b>5.754</b>	<b>8.106</b>
Deduções e impostos sobre vendas		-	-	(1.352)	(1.623)
<b>Receita operacional líquida</b>	28	-	-	<b>4.402</b>	<b>6.483</b>
Custos dos produtos e serviços		-	-	(6.515)	(9.670)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>(2.113)</b>	<b>(3.187)</b>
<b>Receitas [Despesas] operacionais</b>		<b>(142.062)</b>	<b>211.488</b>	<b>(86.341)</b>	<b>(77.727)</b>
Despesas com vendas		(52)	(90)	(1.194)	(1.200)
Perdas no recebimento de crédito com clientes		(18)	(785)	(3.147)	(1.159)
Administrativas e gerais		(19.715)	(22.521)	(36.215)	(40.626)
Provisões para contingências		(17.585)	(21.047)	(20.812)	(29.271)
Outras receitas e despesas	30	2.086	5.465	(9.021)	6.137
Resultado da avaliação de investimentos	12	(106.778)	250.466	(15.952)	(11.608)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(142.062)</b>	<b>211.488</b>	<b>(88.454)</b>	<b>(80.914)</b>
Despesas financeiras	29	(86.639)	(98.244)	(150.014)	(187.718)
Receitas financeiras	29	132	547	2.244	17.926
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(228.569)</b>	<b>113.791</b>	<b>(236.224)</b>	<b>(250.706)</b>
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	21.2	(4.126)	361.037	(549)	728.131
<b>Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício</b>		<b>(232.695)</b>	<b>474.828</b>	<b>(236.773)</b>	<b>477.425</b>
<b>Atribuído a:</b>					
Participação dos acionistas controladores				<b>(232.695)</b>	<b>474.828</b>
Participação dos acionistas não controladores				<b>(4.078)</b>	<b>2.597</b>
				<b>(236.773)</b>	<b>477.425</b>
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício				12.627.232	12.627.232
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício				31.978.720	31.685.549
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$				<b>44.605.952</b>	<b>44.312.781</b>
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$				(5.678,18)	11.523,00
				(5.161,98)	10.475,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR  
MALPICA:66758378853

Assinado de forma digital por  
JAIR MALPICA:66758378853  
Dados: 2025.03.28 16:17:35  
-03'00'

**JAIR MALPICA**  
**Contador**  
**CRC: SP-100417/O-6**

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido /(Passivo a descoberto)

### Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) acumu- lados	Debêntures perpétuas	Créditos a converter	Reservas de reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controlado- res no patr.liq. das controladas	Total patrimônio líquido
	Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria					Custo atribuído AAP	Ajuste de avaliação patrimonial			
<b>Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2023</b>	495.461	(3.073)	180.292	(8.303)	(3.437.317)	263.503	16.914	23.126	42.205	803.415	(1.623.777)	3.124	(1.620.653)
Resultado do exercício					474.828						474.828	2.597	477.425
Ajuste patrimonial reflexo de investida ( CBD )					4.161						4.161		4.161
Ajuste conversão s/ coligada no exterior												(720)	(720)
Ajuste de Av. Patrimonial									6.736		6.736		6.736
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas						20.252			-		20.252		20.252
Conversão de debêntures perpétuas									(11.848)		(11.848)		(11.848)
<b>Outros resultados abrangentes</b>											<b>15.140</b>	<b>(720)</b>	<b>14.420</b>
<b>Resultado abrangente total</b>											<b>494.129</b>	<b>1.877</b>	<b>496.006</b>
Aumento de capital - 373ª RCA de 30/03/2023	1.336					(1.336)					-		-
Aumento de capital - 377ª RCA de 25/07/2023	29.664					(29.664)					-		-
Aumento de capital - 379ª RCA de 29/09/2023	509					(509)					-		-
Aumento de capital - 381ª RCA de 17/11/2023	15.655					(15.655)					-		-
Realização da reserva reavaliação					(5.853)		5.853				-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					20.184				(20.184)		-		-
<b>Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>542.625</b>	<b>(3.073)</b>	<b>180.292</b>	<b>(8.303)</b>	<b>(2.943.997)</b>	<b>236.591</b>	<b>16.914</b>	<b>28.979</b>	<b>22.021</b>	<b>798.303</b>	<b>(1.129.648) #</b>	<b>5.001 #</b>	<b>(1.124.647)</b>
Resultado do exercício					(232.695)						(232.695)	(4.078)	(236.773)
Ajuste patrimonial reflexo de investida ( CBD )					2.080						2.080		2.080
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligada (CBD)					(84.391)						(84.391)		(84.391)
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas									(815)		(815)		(815)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior											-	(5)	(5)
Ajuste de Av. Patrimonial					(3.979)						(3.979)		(3.979)
<b>Outros resultados abrangentes</b>											<b>(89.185)</b>	<b>(5)</b>	<b>(89.190)</b>
<b>Resultado abrangente total</b>											<b>(319.800)</b>	<b>(4.083)</b>	<b>(323.883)</b>
Aumento de capital - 383ª RCA de 26/02/2024	1					(1)					-		-
Aumento de capital - 386ª RCA de 04/04/2024	61					(61)					-		-
Aumento de capital - 95ª ata de 20/05/2024	1.000		4.125			(5.125)					-		-
Realização da reserva reavaliação					4.316		(4.316)				-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					664				(664)		-		-
<b>Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2024</b>	<b>543.687</b>	<b>(3.073)</b>	<b>184.417</b>	<b>(8.303)</b>	<b>(3.258.002)</b>	<b>231.404</b>	<b>16.914</b>	<b>24.663</b>	<b>21.357</b>	<b>797.488</b>	<b>(1.449.448)</b>	<b>918</b>	<b>(1.448.530)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06**

**Demonstração do resultado abrangente**

**Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024**  
*(Em milhares de reais)*

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Acumulado do Atual Período 01/01/2024 à 31/12/2024	Acumulado Período Anterior 01/01/2023 à 30/12/2023	Acumulado Atual Período 01/01/2024 à 31/12/2024	Acumulado Período Anterior 01/01/2023 à 31/12/2023
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(232.695)</b>	<b>474.828</b>	<b>(232.695)</b>	<b>474.828</b>
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(4.078)	2.597
Ajuste patrimonial reflexo de investida	2.080	4.161	2.080	4.161
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligada (CBD)	(84.391)	-	(84.391)	-
Ajuste de Av. Patrimonial	(3.979)	6.736	(3.979)	6.736
Ganhos/perdas de capital s/ coligadas	(815)	-	(815)	(720)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	(5)	-
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas	-	20.252	-	20.252
Conversão de debêntures perpétuas	-	(11.848)	-	(11.848)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(319.800)</b>	<b>494.129</b>	<b>(323.883)</b>	<b>496.006</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)**

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Atividades operacionais</b>				
<b>Resultado do período antes do IR e CS</b>	<b>(228.569)</b>	<b>113.791</b>	<b>(236.224)</b>	<b>(250.706)</b>
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	2.959	3.024	6.419	9.074
Alienação de imobilizado/investimentos	-	11	2.191	74.506
Resultado da avaliação de investimentos	106.778	(250.466)	15.952	11.608
Ajuste de atualização de debêntures	19.482	17.682	19.482	17.682
Participação de acionistas não controladores	-	-	(4.078)	(2.597)
Juros sobre empréstimos	18.757	32.047	31.907	(3.319)
Provisões (Reversões)	11.415	13.729	15.871	17.432
<b>Resultado do período ajustado</b>	<b>(69.178)</b>	<b>(70.182)</b>	<b>(148.480)</b>	<b>(126.320)</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>				
Contas a receber de clientes	(82)	1.048	(2.194)	5.939
Estoques	-	-	1.060	(3.181)
Impostos a recuperar	(1.061)	947	13.950	6.747
Despesas antecipadas	-	-	314	(314)
Outros créditos	(6.117)	7.359	(1.657)	41.522
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores	(4.475)	157	(4.848)	460
Salários e encargos sociais	787	1.744	6.580	8.717
Impostos e contribuições a recolher	13.591	(24.062)	26.434	29.116
Adiantamentos de clientes	(30)	30	22.327	2.868
Títulos a pagar	16.658	15.082	16.658	15.082
Outras contas a pagar	37.474	1.641	69.621	860
	<b>64.005</b>	<b>(5.408)</b>	<b>136.772</b>	<b>57.103</b>
<b>Total do caixa gerado (Consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(12.433)</b>	<b>(66.236)</b>	<b>(235)</b>	<b>(18.504)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aquisições de investimentos	-	5.737	-	2.373
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	-	(204)	(676)
Operações de mútuos com empresas ligadas	10.085	148	(4.270)	(34.216)
<b>Total do caixa gerado(consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>10.085</b>	<b>5.885</b>	<b>(4.474)</b>	<b>(32.519)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	100	31.889
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	-	(29.060)	(69)	(46.763)
Operações de mútuos com empresas ligadas	1.313	90.480	3.084	66.019
<b>Total caixa gerado (Consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>1.313</b>	<b>61.420</b>	<b>3.115</b>	<b>51.145</b>
<b>Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.035)</b>	<b>1.069</b>	<b>(1.594)</b>	<b>122</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.092	23	2.041	1.919
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	57	1.092	447	2.041
<b>Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.035)</b>	<b>1.069</b>	<b>(1.594)</b>	<b>122</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração do Valor Adicionado**

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas</b>	<b>2.068</b>	<b>(16.457)</b>	<b>7.352</b>	<b>(8.193)</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	5.678	8.011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18)	(785)	(3.147)	(1.159)
Outras Receitas / Despesas	2.086	(15.672)	4.821	(15.045)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(29.909)</b>	<b>(15.928)</b>	<b>(58.245)</b>	<b>(39.256)</b>
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(5.690)	(5.597)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(29.909)	(15.928)	(52.555)	(33.659)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(27.841)</b>	<b>(32.385)</b>	<b>(50.893)</b>	<b>(47.449)</b>
Depreciação e Amortização	(2.960)	(2.966)	(6.584)	(6.018)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>(30.801)</b>	<b>(35.351)</b>	<b>(57.477)</b>	<b>(53.467)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>(106.646)</b>	<b>251.013</b>	<b>(13.708)</b>	<b>6.318</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(106.778)	250.466	(15.952)	(11.608)
Receitas Financeiras	132	547	2.244	17.926
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(137.447)</b>	<b>215.662</b>	<b>(71.185)</b>	<b>(47.149)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Bens destinado a vendas				
<b>Pessoal</b>	<b>2.975</b>	<b>2.832</b>	<b>10.463</b>	<b>10.156</b>
Salários e encargos	1.669	1.774	6.060	6.279
Benefícios	1.124	906	3.827	3.370
FGTS	182	152	576	507
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>4.752</b>	<b>(361.037)</b>	<b>4.053</b>	<b>(723.368)</b>
Federais	4.752	(361.037)	3.556	(724.026)
Estaduais	-	-	480	585
Municipais	-	-	17	73
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>87.521</b>	<b>99.039</b>	<b>151.072</b>	<b>188.638</b>
Juros	86.639	98.244	150.014	187.718
Alugueis	882	795	1.058	920
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(232.695)</b>	<b>474.828</b>	<b>(236.773)</b>	<b>477.425</b>
Resultado do Exercício	(232.695)	474.828	(232.695)	474.828
Participação de acionistas minoritários	-	-	(4.078)	2.597
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>(137.447)</b>	<b>215.662</b>	<b>(71.185)</b>	<b>(47.149)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**Nota 1 - Contexto Operacional**

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus principais ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

**Nota 1.1 Processo Global da Reestruturação e Recuperação Judicial**

Em 29 de agosto de 2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

- 1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos e demais credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria que da mesma forma, serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

O Grupo Inepar/lesa tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos.

O Grupo Inepar/lesa, mantém seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando a obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento.

Em 07/11/2022, a Companhia cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Em 03 de maio de 2023, a Companhia emitiu Fato Relevante, informando ter recebido nova proposta da Euroinvest para a alienação das UPI's PM e IOG, pelo valor de US\$ 160 milhões de dólares americanos.

Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma nova proposta da EUROINVEST, para comprar as UPI's IPM e IOG, desta vez, propondo um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, como sinal, em uma conta caução, enquanto realiza o "due diligence" sobre os ativos.

Atualmente encontra-se pendente de aceitação a proposta da EUROINVEST, para adquirir as UPI's IPM e IOG.

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL</b>				
<b>Classe</b>	<b>Saldo devido incontroverso dentro do biênio ( R\$ M )</b>	<b>Saldo devido incontroverso fora do biênio ( R\$ M )</b>	<b>Saldo total devido (R\$ M)</b>	<b>Valor pago até o momento (R\$)</b>
Classe I	-	R\$ 38,1	R\$ 38,1	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2 Depositado Judicialmente	Em discussão BNDES	-	R\$ 227,7
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,5	R\$ 13,5	R\$ 27,2
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 51,6</b>	<b>R\$ 51,6</b>	<b>R\$ 2.395,8</b>

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

## **Nota 2- Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2025.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

### **2.2 As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:**

#### **a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**Nota 3– Políticas Contábeis Materiais**

**3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00
Taranis - Fundo de Inv.em Direitos Creditórios Não-Padronizados	100,00	100,00
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	0,01	0,01
CBD - Administração e Participações S.A (Antiga Enisa - Energia)	99,99	99,99

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

**3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **3.3. Compensações entre Contas**

Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

### **3.4. Conversões em Moeda Estrangeira**

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

### **3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

### **3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros**

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

### **3.7. Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

### **3.8. Estoques**

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **3.9. Investimentos**

Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

### **3.10. Imobilizado**

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

### **3.11. Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

### **3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

### **3.13. Contas a Pagar a Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**3.14. Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

**3.15. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

**3.17 CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17-Operações de arrendamento mercantil**

A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

**3.18. Participações nos Lucros e Resultados**

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

**3.19. Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

**3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas**

A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

**3.21. Dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

**3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

### **3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações**

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.
- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 09 (R1) – Demonstração do valor adicionado (DVA)

### **Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- CPC 02/IAS 21 Ausência de conversibilidade;
- CPC 40 e 48/IFRS 7 e 9 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11;
- IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures;

A Administração da Companhia avalia constantemente os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**Nota 4 - Instrumentos Financeiros**

**CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros**

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

**a) Considerações gerais** - A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

**b) Valor de mercado** - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

**c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:**

**Risco de crédito**

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

**Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

**Riscos de taxas de câmbio**

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**Risco de liquidez**

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

**Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

**Análise de Sensibilidade**

**Exposição Cambial-Consolidado**

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

**Instrumentos Financeiros por Categoria**

Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31/12/2023 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2023 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	1.067	-	1.067	Fornecedores	30.663	30.663
Aplicações financeiras	25	-	25	Empréstimos e financ.	250.382	250.382
Contas a receber	-	62	62	Debêntures	15.996	15.996
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	116.488	116.488
Outros créditos		372	372	Outras contas a pagar	58.799	58.799
<b>Total circulante</b>	<b>1.092</b>	<b>443</b>	<b>1.535</b>	<b>Total circulante</b>	<b>472.328</b>	<b>472.328</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	44.532	44.532	Empréstimos e financ.	219.954	219.954
Títulos a receber	-	-	-	Debêntures	255.192	255.192
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>44.532</b>	<b>44.532</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>475.146</b>	<b>475.146</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.092</b>	<b>44.975</b>	<b>46.067</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>947.474</b>	<b>947.474</b>

Ativos financeiros 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Aplicações financeiras	57	-	57	Fornecedores	26.188	26.188
Contas a receber	-	144	144	Empréstimos e financ.	278.318	278.318
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	17.286	17.286
Outros créditos	-	365	365	Títulos a pagar	133.146	133.146
<b>Total circulante</b>	<b>57</b>	<b>518</b>	<b>575</b>	<b>Total circulante</b>	<b>550.969</b>	<b>550.969</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	44.532	44.532	Empréstimos e financ.	210.775	210.775
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>44.532</b>	<b>44.532</b>	Debêntures	273.384	273.384
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>57</b>	<b>45.050</b>	<b>45.107</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.035.128</b>	<b>1.035.128</b>

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros 31/12/2023 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros 31/12/2023 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	1.874	-	1.874	Fornecedores	65.079	65.079
Aplicações financeiras	167	-	167	Empréstimos e financiam.	384.950	384.950
Contas a receber	-	666	666	Debêntures	15.996	15.996
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	116.488	116.488
Outros créditos	-	1.559	1.559	Outras contas a pagar	168.783	168.783
<b>Total circulante</b>	<b>2.041</b>	<b>2.234</b>	<b>4.275</b>	<b>Total circulante</b>	<b>751.296</b>	<b>751.296</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	133.999	133.999	Empréstimos e financiam.	219.954	219.954
Títulos valores mobiliários	-	688	688	Debêntures	255.192	255.192
Outros créditos	-	6.579	6.579	Outras contas a pagar	1.362	1.362
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>141.266</b>	<b>141.266</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>476.508</b>	<b>476.508</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.041</b>	<b>143.500</b>	<b>145.541</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.227.804</b>	<b>1.227.804</b>

Ativos financeiros em 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	126	-	126	Fornecedores	60.231	60.231
Aplicações financeiras	321	-	321	Empréstimos e financiam.	426.067	426.067
Contas a receber	-	2.860	2.860	Debêntures	17.286	17.286
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	133.146	133.146
Outros créditos	-	1.857	1.857	Outras contas a pagar	238.216	238.216
<b>Total circulante</b>	<b>447</b>	<b>4.726</b>	<b>5.173</b>	<b>Total circulante</b>	<b>874.946</b>	<b>874.946</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	133.999	133.999	Empréstimos e financiam.	210.775	210.775
Títulos valores mobiliários	-	688	688	Debêntures	273.384	273.384
Outros créditos	-	6.551	6.551	Títulos a pagar	81.393	81.393
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>141.238</b>	<b>141.238</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>566.984</b>	<b>566.984</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>447</b>	<b>145.964</b>	<b>146.411</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.441.930</b>	<b>1.441.930</b>

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

**Nota 5 - Caixa E Equivalentes e Caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	-	1.067	126	1.874
Aplicação financeira	57	25	321	167
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>57</b>	<b>1.092</b>	<b>447</b>	<b>2.041</b>

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% à 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 6 - Contas a Receber de Clientes**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Cientes interno (a)	50.554	55.668	222.368	145.738
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(5.878)	(11.074)	(85.509)	(11.073)
	<b>44.676</b>	<b>44.594</b>	<b>136.859</b>	<b>134.665</b>
<b>Circulante</b>	144	62	2.860	666
<b>Não circulante</b>	44.532	44.532	133.999	133.999

a) Sobre esse montante apresentado de clientes interno estão inclusos os valores de R\$ 51.925 e R\$ 145.769, na controladora e no consolidado, respectivamente, que correspondem aos *claims* discutidos judicialmente reconhecidos em 30 de junho de 2021 e em março de 2022, com trânsito em julgado sobre o conhecimento da causa em favor da empresa. Sobre estes montantes, foram reconhecidos nos resultados em 2021/2022 os montantes de R\$ 97.053, líquido dos provisionamentos dos impostos.

O estágio atual dos processos judiciais, nos permitiu apresentar à Auditoria Externa informações suficientes para a realização dos testes de recuperabilidade.

**Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Títulos diversos	9	9	697	697
	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>697</b>	<b>697</b>
<b>Circulante</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>9</b>
<b>Não circulante</b>	-	-	<b>688</b>	<b>688</b>

**Nota 8 – Estoques**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Produtos em elaboração	-	-	3.988	4.061
Insumos e materiais	-	-	5.038	4.037
Adiantamentos a fornecedores	-	-	339	2.327
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.365</b>	<b>10.425</b>

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 9 – Despesas antecipadas**

O valor de R\$ 314 mil, refere-se aos pagamentos de despesas que não foram realizadas no exercício de 2023, como seguros e comissões sobre vendas a apropriar, este valor foi apropriado neste exercício.

**Nota 10 - Tributos a recuperar**

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Impostos e contribuições a compensar (a)	11	14	53.745	54.691
ICMS a recuperar	-	-	398	3.512
IPI a recuperar	756	756	960	793
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	125	598	302
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (b)	-	29.280	-	61.464
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (b)	-	10.519	-	22.079
Demais créditos (c)	3.780	3.780	11.848	20.600
	<b>4.547</b>	<b>44.474</b>	<b>67.549</b>	<b>163.441</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.547</b>	<b>4.499</b>	<b>67.549</b>	<b>77.272</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>39.975</b>	<b>-</b>	<b>86.169</b>

- a) O valor no consolidado, refere-se, principalmente a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins, conforme Decisão do STF.
- b) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a diferenças temporárias na elaboração do lucro real, reconhecidos até o limite de 30% do valor dos tributos diferidos registrados no passivo. No exercício de 2024 os tributos diferidos são registrados pelo valor líquido, conforme nota explicativa “21.1”.
- c) Corresponde, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição do INSS recolhidos indevidamente junto a Receita Federal do Brasil e que se encontram em fase de análise.

**Nota 11 - Outros créditos**

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Adiantamento a Empregados	361	362	825	878
Outros (a)	4	10	7.583	7.260
<b>Total</b>	<b>365</b>	<b>372</b>	<b>8.408</b>	<b>8.138</b>
<b>Circulante</b>	<b>365</b>	<b>372</b>	<b>1.857</b>	<b>1.559</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.551</b>	<b>6.579</b>

- a) No saldo de R\$ 6.551 no consolidado em 31/12/2024 está incluído valores referentes aos processos judiciais contra diversos clientes com as sentenças em transitado e julgado.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 12 - Investimentos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Participação em controladas/coligadas ( a )	822.875	566.345	61.190	191.535
Propriedade para Investimentos ( b )	-	-	44.053	44.053
	<b>822.875</b>	<b>566.345</b>	<b>105.243</b>	<b>235.588</b>

**a) Participações em Controladas e Coligadas**

**Controladora**

**a) Participações em empresas controladas/coligadas - Controladora**

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado
							Equivalência 31/12/2023
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens :	373.110	1.069.660	135.926	(696.550)	100,00%	-	135.926
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	712.907	408.974	(20.169)	303.933	47,07%	143.062	(9.494)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	183.414	12.008	609	171.406	100,00%	171.406	609
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	295.271	43.876	123.440	251.395	100,00%	251.395	123.440
Innovida Participações S.A.	18.710	28.158	(15)	(9.448)	100,00%	-	(15)
Enisa Energia e Infraestrutura	10	27	-	(17)	99,99%	-	-
Enisa Inovação e Infraestrutura	20.404	3.197	(673)	17.207	0,01%	2	-
Fidc Tarânis	615.280	4.462	(4.238)	611.041	18,00%	480	-
						<b>566.345</b>	<b>250.466</b>

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado
							Equivalência 31/12/2024
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens :	236.780	1.024.109	(90.617)	(787.329)	100,00%	-	(90.616)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	243.916	169.664	(34.060)	74.252	37,65%	-	(15.093)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	184.133	13.112	616	171.021	99,99%	172.004	599
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	292.713	42.847	(1.528)	249.866	100,00%	249.866	(1.531)
Innovida Participações S.A.	18.710	28.170	(12)	(9.460)	100,00%	-	(12)
CBD Adm e Participações S.A.	436.669	36.094	(75)	400.575	99,99%	400.523	(125)
Enisa Inovação e Infraestrutura	21.404	5.341	(1.691)	16.063	0,01%	2	-
Fidc Tarânis	615.280	4.239	(4.238)	611.041	18,00%	480	-
						<b>822.875</b>	<b>(106.778)</b>

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Consolidado**

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado	
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência	
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>								
QUIP S.A.	92.181	157.089	(16.554)	-	64.908	13,25%	-	(2.169)
QGI INC	103.184	85.393	(6.776)		13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	156.009	4.329	(596)		151.653	19,53%	29.618	116
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	5.157	(131)		(993)	35,00%	-	(46)
Imóvel de Magé	-	-	-		-	0,00%	44.053	-
FIDC Tarânis ©	-	-	-		-	0,00%	1.080	-
COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S A	712.907	408.974	(20.169)		303.933	47,07%	143.061	(9.494)
PENTA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTO	183.414	12.008	609		171.406	100,00%	-	-
INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.	295.271	43.876	123.440		251.395	100,00%	-	-
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S A	18.710	28.158	(15)		(9.448)	100,00%	14.257	(15)
ENNISA ENERGIA E INFRAESTRUTURA	10	27	-		(17)	99,00%	-	-
ENNISA INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	20.404	3.197	(673)		17.207	0,01%	-	-
							<b>235.588</b>	<b>(11.608)</b>

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado	
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência	
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>								
QUIP S.A.	81.416	169.656	(4.676)		(83.564)	13,25%	-	(621)
QGI INC	103.184	85.393	17.595		13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	155.781	4.444	(545)		151.337	19,53%	29.450	(106)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	1.164	-		(39)	35,00%	-	(13)
Imóvel de Magé	-	-	-		-	0,00%	44.053	-
FIDC Tarânis ©	-	-	-		-	0,00%	1.080	-
COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S A	243.916	169.664	(34.060)		74.252	37,65%	-	(15.093)
PENTA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTO	184.133	13.112	616		171.021	100,00%	-	-
COTAS DO FUNDO INHAÚMA	-	-	-		-	0,00%	9.896	-
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S A	18.710	28.170	(12)		(9.460)	100,00%	14.257	-
CBD ADM E PARTICIPAÇÕES S.A.	420.639	20.114	(125)		400.639	100,00%	2.988	(119)
							<b>105.243</b>	<b>(15.952)</b>

	Quantidade de ações possuídas		Participação	Participação
	(em milhares)			
	O. N.	P. N.	em %	no capital votante em %

**Controladas/Coligadas**

IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	-	-
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00
CBD Adm. e Participações S.A.	400.959	-	99,99	99,99

(i) **IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A:** A Companhia Controladora capitalizou em 2003 essa controlada, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07/04/2003. A consolidação das demonstrações financeiras, são integralmente consideradas na controladora, haja visto que, indiretamente ela possui 100% de participação no capital da investida.

(ii) **Companhia Brasileira de Diques S.A:** Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras avenças, no valor de R\$ 608.734.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Conforme ata da AGE, de 29/06/2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28/06/2019, foi deliberado sobre o aumento do Capital de R\$2.636 mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida de 49,72% para 47,07%.

Conforme ata da AGE de 21/06/2024, foi aprovado o aumento do Capital de R\$ 74.999 mediante a emissão de 153.433 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 488,81. O aumento de capital foi subscrito pelos atuais acionistas, com exceção da Inepar S/A, desta forma a participação da Inepar foi reduzida de 47,07% para 37,65%.

**(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda:** Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

**(iv) FIDC Tarânis:** em abril de 2019 o Grupo Inepar regularizou o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo.

**b) Propriedade para Investimentos:** Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021.

Em 31/03/2024 o valor de R\$ 391.513 referente a Ágio sobre Investimentos foi reclassificado para o grupo de Investimentos na Controladora.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 13 – Imobilizado**

Controladora	Edificações e Máquinas e			Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	
<b>Em 31 de Dezembro de 2023</b>				
Custo	10.188	116.391	1.345	<b>127.924</b>
Depreciação Acumulada	-	(54.602)	(1.118)	<b>(55.720)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>10.188</b>	<b>61.789</b>	<b>227</b>	<b>72.204</b>
Depreciação	-	(2.953)	(6)	<b>(2.959)</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>10.188</b>	<b>58.836</b>	<b>221</b>	<b>69.245</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>				
Custo	10.188	116.391	1.345	127.924
Depreciação Acumulada	-	(57.555)	(1.124)	(58.679)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>10.188</b>	<b>58.836</b>	<b>221</b>	<b>69.245</b>

Consolidado	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Instalações e	Equipamentos	Outras	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Imobilizações	
Taxas anuais de depreciação	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
<b>Em 31 de Dezembro de 2023</b>								
Custo	14.588	146.157	70.863	4.462	-	8.670	1.274	<b>246.014</b>
Depreciação Acumulada	-	(62.181)	(40.862)	(4.433)	-	(8.478)	(832)	<b>(116.786)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>14.588</b>	<b>83.976</b>	<b>30.001</b>	<b>29</b>	<b>-</b>	<b>192</b>	<b>442</b>	<b>129.228</b>
Adições	-	84	67	-	-	52	-	<b>203</b>
Baixas	-	(1.716)	(285)	-	-	-	(747)	<b>(2.748)</b>
Depreciação	-	(3.389)	(2.951)	(3)	-	(19)	-	<b>(6.362)</b>
Baixa de depreciação	-	-	158	-	-	-	400	<b>558</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>14.588</b>	<b>78.955</b>	<b>26.990</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>225</b>	<b>95</b>	<b>120.879</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>								
Custo	14.588	146.241	70.930	4.462	-	8.722	1.274	<b>246.217</b>
Depreciação Acumulada	-	(67.286)	(43.940)	(4.436)	-	(8.497)	(1.179)	<b>(125.338)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>14.588</b>	<b>78.955</b>	<b>26.990</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>225</b>	<b>95</b>	<b>120.879</b>

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei .638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

**Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação:** A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

A redução do saldo do imobilizado ocorreu pela baixa do imóvel de Charqueadas e seus equipamentos, cedido em dação de pagamento ao Banco Badesul, dívida contraída quando da construção das instalações para atendimento ao projeto da Petrobras, conforme contrato assinado entre a Ilesa e a Tupi B.V (“TUPI”) em 26 de julho de 2012, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, que foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V..

**Nota 14 – Intangível**

CONTROLADORA	Controladora		
	Direito de uso Software	Ágio sobre Investimentos	Total
<b>Taxas anuais de amortização</b>	<b>20%</b>	<b>0%</b>	
<b>Em 31 de Dezembro de 2023</b>			
Custo	7	391.513	391.520
Amortização acumulada	(4)	-	(4)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>3</b>	<b>391.513</b>	<b>391.516</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>			
Custo	7	391.513	391.520
Baixa	-	(391.513)	(391.513)
Amortização acumulada	(4)	-	(4)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>3</b>

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**CONSOLIDADO**

	<b>Direito de uso Software</b>	<b>Ágio sobre Investimentos</b>	<b>Total</b>
<b>Taxas anuais de amortização</b>	<b>20%</b>	<b>0%</b>	
<b>Em 31 de Dezembro de 2023</b>			
Custo	35.007	391.513	426.520
Amortização acumulada	(34.947)	-	(34.947)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>60</b>	<b>391.513</b>	<b>391.573</b>
Amortização	(57)	-	(57)
<b>Saldo Final</b>	<b>3</b>	<b>391.513</b>	<b>391.516</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>			
Custo	35.007	391.513	426.520
Amortização acumulada	(35.004)	-	(35.004)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>3</b>	<b>391.513</b>	<b>391.516</b>

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$ 1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em 26/02/21, o valor da CBD é de R\$ 1.331.871, sendo a participação da Inepar de 37,65% (Ver Nota 12)

O valor do Ágio sobre o investimento lançado na controladora foi aportado para a controlada CBD Administração e Participações S.A. conforme ATA da 2º Assembleia Geral Extraordinária do dia 13 de setembro de 2024.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 15 – Instituições Financeiras**

<b>Circulante</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Modalidade</b>				
Ativo Permanente	276.871	249.704	276.871	249.704
Capital de Giro	1.447	678	149.196	135.246
<b>Total Circulante</b>	<b>278.318</b>	<b>250.382</b>	<b>426.067</b>	<b>384.950</b>
<b>Não Circulante</b>				
<b>Modalidade</b>				
Ativo Permanente	171.881	184.978	171.881	184.978
Capital de Giro	38.894	34.976	38.894	34.976
<b>Total Não Circulante</b>	<b>210.775</b>	<b>219.954</b>	<b>210.775</b>	<b>219.954</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>489.093</b>	<b>470.336</b>	<b>636.842</b>	<b>604.904</b>
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Por Data de Vencimento / Em negociação</b>				
Vencidos	278.318	250.382	425.967	384.950
Em até 12 meses	19.341	18.735	19.441	18.735
De 1 a 2 anos	28.526	26.957	28.526	26.957
De 2 a 3 anos	28.526	26.957	28.526	26.957
De 3 a 4 anos	28.526	26.957	28.526	26.957
De 4 a 5 anos	28.526	26.957	28.526	26.957
Acima de 5 anos	77.330	93.391	77.330	93.391
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>489.093</b>	<b>470.336</b>	<b>636.842</b>	<b>604.904</b>
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Por Tipo de Moeda</b>				
Reais - R\$	489.093	470.336	636.842	604.904
Dólar Norte-Americano - R\$	-	-	-	-
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>489.093</b>	<b>470.336</b>	<b>636.842</b>	<b>604.904</b>

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os Bancos credores sendo os efeitos conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes, bem imóveis que atualmente não estão sendo utilizados pela Empresa, tais como imóveis Magé e Macaé.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 16 - Debêntures (Controladora)**

Emissão	Empresa	Controladora		
		31/12/2023	Adições/Baixas	31/12/2024
3ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.515	10	2.525
4ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	5.422	706	6.128
5ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	263.251	18.766	282.017
		<b>271.188</b>	<b>19.482</b>	<b>290.670</b>
<b>Circulante</b>		<b>15.996</b>		<b>17.286</b>
<b>Não circulante</b>		<b>255.192</b>		<b>273.384</b>

**Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções:** A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento Particular de Transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das Debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Aplicação Financeira e Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 17- Obrigações fiscais e tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamento Transação Individual PGFN (a)	187.636	176.850	342.547	320.523
ICMS a recolher	42.307	43.743	58.165	58.715
Inss a recolher	47	43	287	43
Pis/Cofins Diferidos	4.938	4.938	22.086	22.780
ISS a recolher/Parcelamentos	9.670	9.363	33.768	33.969
Pis/Cofins a recolher	913	799	5.421	4.567
Impostos e Contribuições retidos na fonte	1.677	1.528	3.421	3.025
Parcelamento Simplificado RFB	4.907	2.884	5.124	3.073
Parcelamento Trans.Excepcional	812	789	1.381	1.456
Parcelamento Edital PGDAU	-	-	1.592	1.608
Outros	1.593	1.526	5.442	5.353
	<b>254.500</b>	<b>242.463</b>	<b>479.234</b>	<b>455.112</b>
<b>Circulante</b>	<b>72.980</b>	<b>65.614</b>	<b>159.932</b>	<b>132.909</b>
<b>Não circulante</b>	<b>181.520</b>	<b>176.849</b>	<b>319.302</b>	<b>322.203</b>

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

O parcelamento na modalidade “demais débito” devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% de cada inscrição.

Quanto ao parcelamento da modalidade “débitos previdenciários” devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 1.358.361 consolidado através do Termo de Transação Individual foram contabilizados em contrapartida da conta de resultado “Recuperação de Despesas – Transação Individual”, no exercício de 2021.

Foi diferida nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a compensação de parte dos débitos da Transação Tributária Individual efetivada em 29/12/2021 pela Inepar e pelas suas controladas, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante consolidado de R\$ 720,7 milhões e na controladora o montante de R\$ 360,2 milhões, os quais foram registrados em contrapartida do IR e CS Diferido no resultado do exercício.

Esta compensação ocorreu em dezembro de 2023, e os valores da utilização dos créditos fiscais estão considerados nas demonstrações financeiras deste balanço.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os vencimentos dos débitos previdenciários irão ocorrer a partir de setembro de 2025, enquanto os débitos dos demais impostos a partir de março de 2025.

Desta forma, estes pagamentos regularizaram as parcelas da Transação Individual que estavam em atrasos, permitindo assim que a empresa apresente uma regularidade fiscal.

**Nota 18 - Obrigações Sociais e Trabalhistas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Salários a pagar	454	653	2.344	2.664
Rescisões a pagar	726	683	70.103	70.190
FGTS a recolher	4.964	4.251	48.920	45.791
Sesi/ Senai	-	-	14.753	15.017
Provisões de férias e 13º salário	677	673	2.996	2.943
IRRF a recolher	639	757	6.810	5.805
INSS a recolher	2.262	1.805	13.241	10.050
Outras obrigações a recolher	18	131	42	169
	<b>9.740</b>	<b>8.953</b>	<b>159.209</b>	<b>152.629</b>
<b>Circulante</b>	<b>9.740</b>	<b>8.953</b>	<b>159.209</b>	<b>152.629</b>

**Nota 19 - Provisão de Custo e Encargos**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	2.303	2.303
	<b>2.303</b>	<b>2.303</b>	<b>2.303</b>	<b>2.303</b>
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

**Nota 20 - Adiantamentos de Clientes**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>36.011</b>	<b>33.143</b>
Adições/ Baixas	(30)	30	22.327	2.868
<b>Saldo Final</b>	<b>-</b>	<b>30</b>	<b>58.338</b>	<b>36.011</b>

Os saldos dos adiantamentos, referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços e antecipações de aluguéis, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

**Nota 21 - Tributos Diferidos**

**21.1. Tributos Diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora						Efeito Líquido
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos				Ativo e Passivo
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total	Total
Em 31 de dezembro de 2023	39.799	39.799	11.342	19.691	296	31.329	8.470
Constituição dos Tributos	6.481	6.481	1.762	-	133	1.895	4.586
Baixa dos Tributos	(13.397)	(13.397)	-	(341)	-	(341)	(13.056)
Em 31 de dezembro de 2024	32.883	32.883	13.104	19.350	429	32.883	-

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado						Líquido	
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos				Ativo e Passivo	
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total	
Em 31 de dezembro de 2023	85.993	85.993	11.342	43.549	12.542	11.648	79.081	6.912
Constituição dos Tributos	11.085	11.085	1.762	-	-	2.702	4.464	6.621
Baixa dos Tributos	(15.685)	(15.685)	-	-	(475)	(1.677)	(2.152)	(13.533)
Em 31 de dezembro de 2024	81.393	81.393	13.104	43.549	12.067	12.673	81.393	-

No exercício de 2024 os tributos diferidos são registrados pelo valor líquido.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**21.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(228.569)</b>	<b>113.791</b>	<b>(236.224)</b>	<b>(250.706)</b>
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
<b>Ajustes Apuração Alíquota Efetiva</b>				
Adições/Exclusões	102.652	110.799	15.403	739.881
Resultado de Equivalência Patrimonial	(106.778)	250.238	(15.952)	(11.749)
<b>IRPJ / CSLL no Resultado</b>	<b>(4.126)</b>	<b>361.037</b>	<b>(549)</b>	<b>728.132</b>
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	(4.126)	361.037	(549)	728.132
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>1,81%</b>	<b>317,28%</b>	<b>0,23%</b>	<b>-290,43%</b>

No exercício anterior foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 720,7 milhões no consolidado e R\$ 360,2 milhões na controladora.

**Nota 22 - Partes Relacionadas**

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/12/2024 nas demonstrações financeiras da Controladora:

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Empresas</b>				
Delft Administração e Participações S.A	-	-	7.601	7.250
CBD Adm. e Participações S.A	3.857	6	-	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	91	48	2.942	2.179
IESA - Óleo & Gás S.A.	3.019	-	745	746
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	195.996	215.384	-	2
IESA Transportes S.A.	4.527	4.522	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	3.827	3.451
QUIP S.A.	-	-	940	520
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400	3.900	3.900
Afac Penta Participações S.A.	9.891	9.891	-	-
Demais empresas	10.482	8.097	10.482	8.097
	<b>233.269</b>	<b>243.354</b>	<b>30.443</b>	<b>26.173</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>				
<b>Empresas</b>				
Cia Brasileira de Diques S.A.	4.163	9.321	4.163	35.826
CBD Adm e Participações S.A	-	-	-	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	-	2.942	2.179
IESA Óleo & Gás S/A	-	31.102	745	746
Inepar Administração e Participações S.A.	82.370	80.369	82.370	80.369
Inepar DTVM	10	10	10	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	252.808	252.838	-	-
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	5.840	5.832
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.486	155.492	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	28.349	28.350
Demais Empresas	10	10	58	56
	<b>494.847</b>	<b>529.142</b>	<b>124.477</b>	<b>153.390</b>
<b>Liquido entre Ativo e Passivo</b>	<b>261.578</b>	<b>285.788</b>	<b>94.034</b>	<b>127.217</b>

**Contas Correntes:** A tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Saldo 31/12/2023	Adições/ Baixas/ Var. Monetária	Saldo 31/12/2024	Saldo 31/12/2023	Adições/ Baixas/ Var. Monetária	Saldo 31/12/2024
<b>Empresas</b>						
Delft Administração e Participações S.A	-	-	-	7.250	351	7.601
CBD Adm. e Participações S.A	6	3.851	3.857	22	(22)	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	48	43	91	2.179	763	2.942
IESA - Óleo & Gás S.A	-	3.019	3.019	746	(1)	745
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens	215.384	(19.388)	195.996	2	(2)	-
IESA Transportes S.A.	4.522	5	4.527	-	-	-
Inepar Adm. e Participações S.A. - Conversã	-	-	-	3.451	376	3.827
QUIP S.A	-	-	-	520	420	940
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400	3.900	-	3.900
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891	-	-	-
Demais empresas	8.097	2.385	10.482	8.097	2.385	10.482
	<b>243.354</b>	<b>(10.085)</b>	<b>233.269</b>	<b>26.173</b>	<b>4.270</b>	<b>30.443</b>
<b>PASSIVO</b>						
Cia. Brasileira de Diques S.A.	9.321	(5.157)	4.164	35.826	(31.662)	4.164
CBD Adm. e Participações S.A	-	-	-	22	(22)	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	-	-	2.179	763	2.942
IESA Óleo & Gás S/A	31.102	(31.102)	-	746	(1)	745
Inepar Administração e Participações S/A	80.369	2.001	82.370	80.369	2.001	82.370
Inepar DTVM	10	-	10	10	-	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	252.838	(30)	252.808	-	-	-
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	-	5.832	8	5.840
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.492	(6)	155.486	-	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	-	28.350	(1)	28.349
Demais Empresas	10	-	10	56	1	57
	<b>529.142</b>	<b>(34.294)</b>	<b>494.848</b>	<b>153.390</b>	<b>(28.913)</b>	<b>124.477</b>
<b>Líquido entre Ativo e Passivo</b>	<b>285.788</b>		<b>261.579</b>	<b>127.217</b>		<b>94.034</b>

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

A Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas apenas com partes relacionadas.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 23 - Provisão para Contingências**

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	73.745	60.016	180.637	163.205
Adições/ Baixas	11.415	13.729	15.871	17.432
( - ) Baixas	-	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>85.160</b>	<b>73.745</b>	<b>196.508</b>	<b>180.637</b>

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	6.911	22.004	905	19.258	118.683	70.953	113.965	72.949
Tributárias	146.443	35.520	181.898	35.066	200.197	55.876	276.432	52.674
Cíveis	407.806	27.636	414.352	19.421	638.486	69.679	563.624	54.931
Outras	-	-	-	-	-	-	-	83
	<b>561.160</b>	<b>85.160</b>	<b>597.155</b>	<b>73.745</b>	<b>957.366</b>	<b>196.508</b>	<b>954.021</b>	<b>180.637</b>

**Trabalhistas:** Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 113.965 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

**Tributárias:** Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN.

**Cíveis:** Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

**Nota 24 - Provisão para Passivo a Descoberto**

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$ 796.917 (R\$ 706.146 em 31/12/2023) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Innovida Participações S.A, sendo que no consolidado apresenta o valor de R\$ 12.911 (R\$ 12.157 em 31/12/2023), referentes as empresas que não consolidam na controlada lesa Óleo & Gás S/A.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.	787.328	696.551	-	-
Inepar Innovida Participações S.A	9.460	9.448	-	-
Outras empresas	129	147	12.911	12.157
	<b>796.917</b>	<b>706.146</b>	<b>12.911</b>	<b>12.157</b>
Não circulante	796.917	706.146	12.911	12.157

**Nota 25 - Outras Contas a Pagar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Delft Administração e Participações S.A	-	-	6.129	5.753
Obrigações imóvel Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas obrigações a pagar	5.702	7.519	7.956	12.276
Outras contas a pagar (a)	64.423	25.375	199.657	126.211
Acordos a pagar (b)	22.906	22.905	22.906	22.905
	<b>96.031</b>	<b>58.799</b>	<b>239.648</b>	<b>170.145</b>
Circulante	96.031	58.799	238.216	168.783
Não circulante	-	-	1.432	1.362

a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.

b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.

**Nota 26 - Patrimônio Líquido**

a) **Capital Social:** O Capital Social integralizado é de R\$ 543.687 formado por 31.978.720 ações ordinárias e 12.627.232 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

Conforme Aviso aos Acionistas, emitido em 15 de maio de 2023, foi efetuado o agrupamento das ações na proporção de 5(cinco) ações atuais para 1(uma)ação da mesma espécie e classe.

Conforme a 95ª AGE, de 20/05/2024 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 5.124, mediante a emissão particular de 289.642 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 999, e R\$ 4.125 para a formação de reserva de capital.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**b) Reserva de Capital:** As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 184.417 e está assim composta:

Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049 e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 3.165, e R\$ 25.020 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 95ª AGE, de 20/05/2024 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 5.124, mediante a emissão particular de 289.642 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 999, e R\$ 4.125 para a formação de reserva de capital.

**c) Reserva de Reavaliação:** (i) De Ativos Próprios- É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

**d) Debêntures Perpétuas:** As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 231.404 e estão assim compostas:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8.ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$121.550, tendo sido utilizado o montante de R\$ 115.045 O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11ª emissão de debêntures perpétuas. As debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$ 6.507, tendo sido utilizado o montante de R\$ 6.471. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização,

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Para as debêntures perpétuas das 7ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão, temos um saldo a converter de R\$ 7.167, que serão utilizadas para as próximas conversões.

Conversões realizadas das debêntures em ações:

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 337 de 25/10/2018 – Valor de R\$ 937 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 338 de 18/12/2018 – Valor de R\$ 74 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 341 de 15/02/2019 – Valor de R\$ 84 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 342 de 28/03/2019 – Valor de R\$ 453 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/7ª/8ª e 9ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 344 de 01/07/2019 – Valor de R\$ 472 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/ 8ª e 9ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 347 de 31/01/2020 – Valor de R\$ 2.625 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 348 de 03/07/2020 – Valor de R\$ 13.986 referente a conversão das debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 351 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 116 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 7ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 353 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 473 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 354 de 07/05/2021 – Valor de R\$ 2.957 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª/9ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 360 de 29/10/2021 – Valor de R\$ 4.888 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 363 de 11/01/2022 – Valor de R\$ 26.296 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 367 de 27/05/2022 – Valor de R\$ 12.214 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 369 de 27/09/2022 – Valor de R\$ 12.640 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 371 de 14/12/2022 – Valor de R\$ 6.778 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 373 de 30/03/2023 – Valor de R\$ 1.336 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 377 de 25/07/2023 – Valor de R\$ 29.663 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 379 de 29/09/2023 – Valor de R\$ 508 referente a conversão das debêntures perpétuas da 8ª, 10ª e 11ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 381 de 17/11/2023 – Valor de R\$ 15.655 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 10ª emissão.

Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 383 de 26/02/2024 – Valor de R\$ 1,3 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 386 de 04/04/2024 – Valor de R\$ 61 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

Ata de AGE nº 95 de 20/05/2024 – Valor de R\$ 5.124 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**e) Créditos quirografários a converter:** Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 16.914. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

**f) Ajustes de avaliação patrimonial:** Apresenta o saldo de R\$ 818.845, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 782.105, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

**g) Destinação do Lucro:** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

**Nota 27 - Resultado por Ação**

O resultado básico e diluído por lote de mil ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Numerador</b>		
<b>Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(71.700)	145.504
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(165.073)	331.921
	<u>(236.773)</u>	<u>477.425</u>
<b>Denominador (em unidades de ações)</b>		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	12.627.232	12.627.232
Quantidade de ações ordinárias emitidas	31.978.720	31.685.549
<b>Total</b>	<u>44.605.952</u>	<u>44.312.781</u>
<b>Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações</b>		
Ação preferencial	(5.678,18)	11.523,00
Ação ordinária	(5.161,98)	10.475,00

Conforme aviso aos acionistas de 22 de junho de 2021, a empresa efetuou o desdobramento das ações de emissão da companhia, na proporção de 01 (uma) ação ordinária e ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

Conforme Aviso aos Acionistas, emitido em 15 de maio de 2023, foi efetuado o agrupamento das ações na proporção de 5(cinco) ações atuais para 1(uma)ação da mesma espécie e classe.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 28- Receita Operacional Líquida**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Vendas Mercado Interno/Prestação de Serv.	5.754	8.106
(-) Impostos sobre as Vendas	(1.352)	(1.623)
<b>Receita de Vendas</b>	<b>4.402</b>	<b>6.483</b>

**Nota 29 - Despesas e Receitas Financeiras**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre impostos e contribuições	(28.754)	(24.242)	(48.282)	(80.194)
Juros / despesas bancárias	(49.601)	(74.002)	(92.901)	(107.091)
Fianças bancárias	-	-	-	(66)
Outras despesas financeiras	(8.284)	-	(8.831)	(317)
Variações cambiais passivas	-	-	-	(50)
<b>Total</b>	<b>(86.639)</b>	<b>(98.244)</b>	<b>(150.014)</b>	<b>(187.718)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	2	2	31	36
Outras receitas financeiras	29	545	2.110	17.889
Variações cambiais ativas	101	-	103	1
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>547</b>	<b>2.244</b>	<b>17.926</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(86.507)</b>	<b>(97.697)</b>	<b>(147.770)</b>	<b>(169.792)</b>

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 30 - Outras Receitas e Despesas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>				
IOF	(161)	(35)	(279)	(160)
Outras despesas tributárias	(134)	(75)	(9.179)	(385)
Outras despesas Operacionais	(12.498)	(3.826)	(27.061)	(12.766)
Ociosidade (a)	-	-	(5.053)	(4.747)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(12.793)</b>	<b>(3.936)</b>	<b>(41.572)</b>	<b>(18.058)</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>				
Reversão de provisões diversas	13.732	8.413	27.159	3.183
Recuperação Despesas	334	181	2.505	18.041
Receitas de aluguel	813	807	2.887	2.494
Outras receitas	-	-	-	477
<b>Total das receitas operacionais</b>	<b>14.879</b>	<b>9.401</b>	<b>32.551</b>	<b>24.195</b>
	<b>2.086</b>	<b>5.465</b>	<b>(9.021)</b>	<b>6.137</b>

a) Referem-se aos custos de produção diretos e indiretos não absorvidos pela fábrica em função da pequena quantidade de projetos contratados.

**Nota 31 – Depósitos Judiciais**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Processos Trabalhistas	2.901	2.880	13.110	13.033
Processos Cíveis	53.283	47.181	62.322	61.433
Processos Tributários	1.234	1.233	1.654	1.233
	<b>57.418</b>	<b>51.294</b>	<b>77.086</b>	<b>75.699</b>

a) Nos valores do consolidado de processos cíveis encontra-se incluídos os depósitos judiciais referentes aos recebimentos da arbitragem aos valores correspondentes aos recebimentos do processo de Furnas.

**Nota 32 - Cobertura de Seguros (não auditada)**

A Empresa mantém seguro das áreas comuns das instalações onde estão cobertos eventuais sinistros, sendo os demais seguros de responsabilidade do Condomínio.

**Nota 33 - Benefícios a Empregados**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Salários	1.727	1.842	11.384	11.501
Gastos Previdenciários	625	626	2.398	2.799
<b>Total</b>	<b>2.352</b>	<b>2.468</b>	<b>13.782</b>	<b>14.300</b>

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 34 - Remuneração do Pessoal-Chave da Administração**

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Remuneração de Conselheiros	274	245	734	825
Remuneração de Diretores	786	772	3.227	3.168
<b>Total</b>	<b>1.060</b>	<b>1.017</b>	<b>3.961</b>	<b>3.993</b>

**Nota 35 - Informações por Segmento**

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	<b>Serviços industriais</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Receita bruta total	5.754	8.106
Impostos/Deduções	(1.352)	(1.623)
Custos dos Produtos e Serviços	(6.515)	(9.670)
<b>Total</b>	<b>(2.113)</b>	<b>(3.187)</b>

Os custos incorridos neste exercício, referem-se principalmente aos gastos complementares dos Consórcios dos projetos já encerrados, bem como referentes aos serviços executados a terceiros pelas controladas IESA Projetos e Enisa.

**Nota 36 – Tratativas que Irão Gerar Eventos Subsequentes**

a) A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes;

b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1;

c) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé;

d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.

e) A Companhia está com um programa constante para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.
- g) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.
- h) Continuar na monetização de ativos financeiros, na busca de recursos.

**Nota 37 - Eventos Subsequentes**

Não temos eventos subsequentes após o encerramento do exercício.

---

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Vago – Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

Irajá Galliano Andrade - Presidente

Rodolfo Andriani

André de Oms

Augusto Araújo de Oms

Carlos Alberto Del Claro Gloger

José Bonifácio Pinto Junior

Hugo Fagundes de Lima Queiroz

**JAIR**

**MALPICA:66758378853**

Assinado de forma digital por JAIR

MALPICA:66758378853

Dados: 2025.03.28 16:39:05 -03'00'

**CONTADOR:** Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

---



## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial**

Curitiba - PR

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião com ressalva

#### Limitação de escopo de auditoria

##### a) Confirmações externas de endividamentos bancários

Os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações. A Companhia realizou os procedimentos de confirmações externas de saldos junto às referidas instituições financeiras, contudo não foram recebidas a totalidade das respostas, em virtude das demandas judiciais em andamento. As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras, os quais serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

##### b) Investimentos em controladas/coligadas/consórcios/fundos

As demonstrações financeiras auditadas das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatatuba-UTGCA), da investida da CBD – Administração e Participações S.A. (Cia Brasileira de Diques e Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII) e da investida da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial (FIDC Taranis), tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa "12", cujas companhias não apresentaram as demonstrações financeiras auditadas até a presente data, o que nos impede de revisar tais operações, bem como opinar sobre sua adequação e eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Incerteza relevante quando à continuidade operacional**

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2024, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2024 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo de R\$ 236.773 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 1.159.059, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

### **Ênfases**

#### **Coisa Julgada em Matéria Tributária**

Sem ressalvar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, foi avaliado junto aos seus assessores jurídicos se há outros tributos que se enquadrem na definição contida na decisão proferida, com trânsito em julgado favorável à Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF, e foi identificado que não goza de nenhum objeto de causa impactado por essas decisões.

#### **Reconhecimento de recebíveis**

Conforme mencionado na nota explicativa “6”, foi registrado contabilmente, em 30 de junho de 2021, na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e nas controladas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R\$ 145.769 mil (no consolidado). Chamamos a atenção para o fato de que, neste exercício a companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como “praticamente certo”, uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a



favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais.

### **Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas**

Conforme mencionado na nota explicativa “22”, a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

### **Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representou R\$ 1.358 bilhões, em 2021, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

No exercício de 2023 foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 720,7 milhões no consolidado, conforme mencionado na nota explicativa “17”.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente, esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na elaboração de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, dessa forma, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além dos assuntos descritos no parágrafo de “ênfase”, entendemos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório:

#### **a) Impairment dos ativos Imobilizado e Intangível**

A companhia possui registrados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível os montantes de R\$ 120.879 mil e R\$ 391.516 mil, respectivamente em seu consolidado. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia indicam a possível necessidade de *impairment* desses ativos.

#### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Analisamos os laudos de avaliação contratados pela administração da Companhia e buscamos entendimento dos registros contábeis comparando o valor dos bens do ativo imobilizado com a recuperabilidade do valor apurado. Em nossas análises identificamos que os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão consistentes com as práticas de mercado.



## b) Débitos Tributários

A companhia mantém débitos tributários reconhecidos da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional além de outros órgãos municipais e estaduais, porém, na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com isso, os parcelamentos existentes foram transferidos para esse novo Termo de Transação Individual, conforme detalhamento na nota explicativa “17”.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com base no termo de transação individual assinado entre PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, revisamos os valores gerais dessa operação, as respectivas reduções de juros e multas, os respectivos controles internos e os registros contábeis dos valores envolvidos, tanto dos valores dos parcelamentos como do reconhecimento dos prejuízos fiscais e sua compensação dos valores envolvidos. Referida transação gerou um ganho significativo para a companhia, sendo que nossos trabalhos revelaram que as condições, premissas e atualizações utilizadas estão consistentes com as práticas de mercado e contábil.

## c) Contingências

A Companhia está envolvida em diversas demandas perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Foram enviadas cartas de circularização aos assessores jurídicos da Companhia, as quais analisamos todas as respostas recebidas do departamento jurídico interno e de terceiros contratados, avaliando as premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias. Nossas análises revelaram que as premissas utilizadas estão consistentes com a prática de mercado e contábil aceitas.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2025.

**GEORGE  
ANGNES:680977  
60959**

Assinado de forma digital  
por GEORGE  
ANGNES:68097760959  
Dados: 2025.03.28 15:13:33  
-03'00'

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC-PR Nº 006.472/O-1

GEORGE ANGNES  
Contador CRC-PR nº 042.667/O-1

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2024. Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76 e com base nos exames efetuados e considerando, ainda, a opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras dos auditores externos Müller & Prei Auditores Independentes S/S. datado de 28 de março de 2025, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos de opinião com ressalvas e ênfases apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados, a saber: **Opinião com Ressalva**; Base para opinião com ressalvas: Limitação de escopo de auditoria. a) Confirmação externas de endividamento bancário. b) Investimentos em controladas/coligadas/consórcios e fundos. c) Incerteza relevante quando à continuidade operacional; **Ênfases**: Coisa Julgada em Matéria Tributária; Reconhecimento de recebíveis. Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas. Termo de Transação Individual com a PGFN- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; **Principais assuntos de auditoria**: a) Impairment dos Ativos Imobilizado e Intangível. b) Débitos tributários. c) Contingências; **Outros Assuntos**: Demonstrações do valor adicionado; Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor; Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

Os conselheiros opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas.

Curitiba, 28 de março de 2025

Rubens Gerigk

Sergio Tomaz Crestani

Gerson Luiz Casara

## Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba/PR, 31 de Março de 2025.

Iraja Galliano Andrade  
Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos  
Diretor de Relações com Investidores

## Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

### DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entendem que a empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo do Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba/PR, 31 de Março de 2025.

Iraja Galliano Andrade  
Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos  
Diretor de Relações com Investidores